



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA - TRINDADE CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC TELEFONES: (48) 3721-**7424**

CONTRATO № 2 901 2017

UFSC/PROAD/DPC/CCF

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC E A FUNDAÇÃO **DE AMPARO À PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

INCDH/SIAFI Nº 420/2017

PROCESSO: 23080.078390/2017-32

DISPENSA DE LICITAÇÃO № 659/2017

CONTRATANTE:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, autarquia federal, inscrita no CNPJ sob nº 83.899.526/0001-82, com sede no Campus Universitário, bairro Trindade, em Florianópolis/SC, 88040-970, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada neste ato pelo(a) **Pró-Reitor de Extensão**, **Rogério Cid Bastos**, CPF nº **401.425.409-78**, Cl nº **12119976**;

CONTRATADA:

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº83.476.911/0001-17, com sede no Campus Reitor João David Ferreira Lima, Bairro Trindade — Florianópolis/SC - 88040-900, com Registro no MEC/MCT: nº 066/2016, Portaria conjunta MEC/MCT nº 066, DATA: 19/09/2016, PUBLICADA NO D.O.U de: 20/09/2016, SEÇÃO 1, FLS. 15, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Superintendente, Gilberto Vieira Ângelo, CPF nº 179.758.409-04, Cl nº 122.899-4, resolvem celebrar o presente contrato,

Considerando:

Que o Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 8.241, de 21 de maio de 2014, que regulamentam a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio, realizem convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, com fundações instituídas com a finalidade de dar apoio na gestão administrativa e financeira estritamente necessária à execução desses projetos. Resolvem celebrar o presente Contrato, em conformidade com a Resolução Normativa 088/2016/CUn/UFSC e legislação pertinente cabível e de acordo com as cláusulas e condições seguintes:



CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Instrumento Contratual tem por objeto a prestação de serviço pela CONTRATADA para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto de Extensão intitulado "Ação Saberes Indígenas na Escola — Núcleo SC", conforme o Plano de Trabalho (Anexo I) e Planilha Orçamentária (Anexo II), financiado pelo(a) Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/MEC.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 2.1 Compete conjuntamente às partes alocar os recursos humanos que se fizerem necessários à operacionalização deste Contrato;
- 2.2 Além das demais obrigações previstas neste Contrato competem:

2.2.1 À CONTRATANTE:

- Alocar, dentro de suas possibilidades e disponibilidade, os meios e mecanismos necessários à consecução do Projeto enunciado na Cláusula Primeira deste Termo de Convênio;
- b) Designar um Fiscal para fazer o acompanhamento e fiscalização do Contrato;
- c) Executar as atividades previstas no Plano de Trabalho (Anexo I);
- d) Disponibilizar as suas instalações físicas, laboratoriais, os seus equipamentos e acervo técnico para a execução do Projeto;
- e) Responsabilizar-se pelo desenvolvimento do Projeto a que se refere este Contrato.

2.2.2 À CONTRATADA:

- a) Apoiar a execução das atividades administrativas e financeiras necessárias à execução do Projeto, previstas na Cláusula Primeira;
- Administrar os recursos financeiros destinados à execução do Projeto, aplicando-os conforme o Cronograma de Desembolso Financeiro, inserido no Plano de Trabalho (Anexo I);
- c) Manter registros contábeis e de controle financeiro, especificamente relacionado com os recursos destinados à execução do Projeto;
- d) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária, decorrentes da contratação de pessoal que porventura sejam necessários para a execução do Projeto, com a finalidade de zelar pelo cumprimento das normas de segurança e saúde do trabalho;
- e) Responsabilizar-se solidariamente com terceiros, sempre que os contratar para a execução de qualquer etapa dos trabalhos que seja objeto deste Contrato;
- f) Emitir notas fiscais/faturas dos serviços prestados na consecução do objeto deste Contrato à CONTRATANTE;
- g) Prestar, sempre que solicitada, quaisquer informações ou esclarecimentos a respeito das atividades administrativas e financeiras referentes a este Contrato;

APED (M)

the



- h) Realizar a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços em conformidade com a Lei nº 8.958/94;
- i) Apresentar à **CONTRATANTE**, conforme indicado na Cláusula Quinta, a prestação de contas referente à aplicação dos recursos;
- j) Reconhecer que à **CONTRATANTE** é conferido o direito de acompanhar e supervisionar o desenvolvimento do Projeto descrito no ANEXO Ideste Contrato, com o objetivo de verificar a metodologia utilizada. Caso seja constatado qualquer tipo de conflito entre as atividades de execução e o conteúdo do referido ANEXO I, a **CONTRATANTE** terá a prerrogativa de cientificar a **CONTRATADA** a respeito de tais impropriedades;
- Assegurar à CONTRATANTE o direito de acompanhar e supervisionar o desenvolvimento do Projeto, descrito no ANEXO I deste Contrato, e de comunicar eventuais desacordos constatados;
- Prestar à CONTRATANTE, sempre que solicitada, quaisquer esclarecimentos e informações que se fizerem necessários ao acompanhamento da evolução dos trabalhos e sobre as atividades desenvolvidas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

- Para a execução do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE repassará o montante de R\$ 74.988,30 (Setenta e quatro mil novecentos e oitenta e oito mil reais e trinta centavos) à CONTRATADA, conforme o Cronograma de Desembolso que integra o Plano de Trabalho ANEXO I, obedecidas às seguintes condições:
 - a) Os recursos financeiros, a serem transferidos pela CONTRATANTE, serão obrigatoriamente movimentados pela CONTRATADA por intermédio de conta bancária exclusiva, vinculada a este Contrato, em agência situada na cidade de Florianópolis/SC, cujos extratos integrarão as respectivas Prestações de Contas;
 - b) Os recursos financeiros destinados à execução das atividades relacionadas a este documento deverão ser aplicados em Conta Poupança ou Fundos lastreados pelo Governo Federal;
 - c) A CONTRATADA deverá efetuar a devolução do ressarcimento para a CONTRATANTE, conforme Resolução específica do Projeto, na forma abaixo indicada:
 - I 4% (quatro por cento) distribuídos da seguinte forma:
 - a) 0,9% para incrementar os Programas de Bolsas de Extensão;
 - b) 0,6% para incrementar os Programas de Bolsas de Monitoria e Estágio;
 - c) 1% para a constituição do Fundo de Extensão (FUNEX), gerenciado pela PROEX para incrementar e viabilizar ações de extensão;
 - d) 0,5% para incrementar ações de cultura gerenciadas pela Secretaria de Cultura e Arte;
 - e) 0,5% para incrementar ações de inovação gerenciadas pela Secretaria de Inovação;
 - f) 0,5% para incrementar Programas de Permanência gerenciados pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis;

SAPE O

//s -



d) A **CONTRATADA** será ressarcida em função será remunerada pelos serviços prestados no caput desse contrato no valor total de R\$ 7.493,83 (Sete mil quatrocentos e noventa e três reais e oitenta e três centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta do Orçamento Geral da União, no Funcional Programática: 12.368.2080.20RJ.0001 — Ptres: 127879 — Fonte: 0112915028 — Natureza: 339039.

CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 5.1 A prestação de contas final referente aos recursos financeiros recebidos pela **CONTRATADA** deverá ser realizada até 60 (sessenta) dias após o término do prazo de vigência do presente Contrato e constituída dos seguintes documentos:
 - a) Ofício de encaminhamento de prestação de contas;
 - b) Demonstrativo da execução da receita e da despesa;
 - c) Comprovante de depósito bancário referente à devolução do saldo não utilizado, se for o caso;
 - d) Relação das despesas em conformidade com o especificado na planilha orçamentária do projeto e em ordem cronológica;
 - e) Relação de bolsistas e contratados pela CLT com as respectivas cargas horárias, quanto for o caso;
 - Relação de bens adquiridos (material permanente e equipamentos) quando for o caso, juntamente com o respectivo número do processo e/ou da solicitação para registro e tombamento na CONTRATANTE;
 - g) Extrato da conta corrente bancária específica e da aplicação dos recursos;
 - h) Cópia do termo de aceitação definitiva da obra, quanto o instrumento objetivar a execução de obra ou serviço de engenharia;
 - i) Documentos de responsabilidade do coordenador do projeto (relatório de cumprimento o objeto; relação de pessoas treinadas, quando for o caso; e declaração sobre a regularidade das despesas realizadas pela fundação de apoio em atendimento ao instrumento contratual).
 - j) A apresentação da Prestação de Contas Final com os documentos comprobatórios das despesas realizadas deverá ser apresentada de forma digital, obedecendo a critérios de qualidade, através do SPA "UFSC sem papel", inseridos no mesmo processo que originou o Contrato.
- 5.2 A CONTRATADA manterá arquivados, em pasta específica, os originais dos comprovantes das despesas (notas fiscais, faturas, recibos, bilhetes de passagens e outros comprovantes) pelo prazo de 10 (dez) anos, contado a partir da data de entrega da Prestação de Contas Final, à CONTRATANTE;

)M.



Parágrafo único. Na apreciação da prestação de contas, a **CONTRATANTE** não considerará provadas e glosará as despesas cujos documentos (comprovantes):

- a) Apresentem emendas ou rasuras que prejudiquem a clareza de seu conteúdo;
- Apresentem-se em condições de difícil leitura ou compreensão, a menos que sejam acompanhados de justificativa que indique inequivocamente o fato a ser comprovado e os elementos de convicção;
- c) Tenham sido emitidos fora do prazo de vigência do Contrato.
- 5.3 A **CONTRATADA** anotará em cada comprovante de despesas o número do cheque ou do comprovante bancário correspondente ao pagamento, observada a organização cronológica sequencial e numérica, a fim de estar em conformidade com a relação de pagamentos;
- 5.4 A **CONTRATADA** deverá restituir à **CONTRATANTE**, por meio de GRU Guia de Recolhimento da União, eventual saldo remanescente dos recursos de que trata a Cláusula Terceiraaté 30 (trinta) dias após a integral conclusão do objeto deste Contrato;
- 5.5 No caso de valores destinados ao pagamento de ressarcimento pela CONTRATADA, quando houver, o depósito dos valores destinados a esse fim deverá ser realizado em Conta Única da União;
- Quaisquer irregularidades na Prestação de Contas, assegurado o amplo direito de defesa, impedirão a **CONTRATADA** de celebrar Contratos com a **CONTRATANTE** pelo prazo de 02 (dois) anos e a obrigará a restituir os recursos recebidos, corrigidos por índice oficial vigente na época, independentemente de outras penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA SEXTA - DOS TRIBUTOS

6.1 Os tributos que forem devidos em decorrência direta ou indireta do presente Contrato e/ou de sua execução, constituem ônus de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, ficando expressamente vedado o seu repasse para a CONTRATANTE;

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

- 7.1 O presente instrumento contratual não gera nenhum direito de propriedade intelectual para a **CONTRATADA**.
- 7.2 A CONTRATADA obriga-se a fazer com que todos os envolvidos no PROJETO, assim como pesquisadores, empregados ou prestadores de serviços, contratados mediante vínculo trabalhista, ou não, para a execução do presente PROJETO, firmem termo de cessão de eventuais direitos de propriedade intelectual, oriundos dos serviços prestados, para CONTRATANTE, assim como termos de sigilo e confidencialidade.

DM.



CLÁUSULA OITAVA – DA CONFIDENCIALIDADE E DA NÃO DIVULGAÇÃO

- 8.1 Todas as informações e conhecimentos identificados como sigilosos aportados pelas Partes para a execução do Projeto serão tratados como confidenciais, assim como todos os seus resultados;
- 8.2 A confidencialidade implica na obrigação de não divulgar ou repassar informações e conhecimentos a terceiros não-envolvidos no Projeto, sem autorização expressa, por escrito, dos seus detentores, na forma que dispõe o anexo do Decreto nº 1355/94 que promulga o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio -, art. 39, e a Lei nº 9279/96, art. 195, XI.
- 8.3 Não são tratados como conhecimentos e informações confidenciais:
 - a) Aqueles que tenham se tornado de conhecimento público pela publicação de pedido de patente ou registro público ou de outra forma que não por meio dos Partícipes;
 - Aquelas já em conhecimento da Parte receptora anteriormente à informação da Parte divulgadora e que não sejam objeto de outro termo de confidencialidade;
 - c) Aqueles desenvolvidos pela Parte receptora de maneira independente, sem o uso ou referência a informações confidenciais;
 - d) Aqueles cuja divulgação se torne necessária:
 - d.1) Para a obtenção de autorização governamental para a comercialização dos resultados do Projeto;
 - d.2) Quando exigida por lei ou quando necessária ao cumprimento de determinação judicial e/ou governamental;

Parágrafo Único: Nos casos previstos nas alíneas d.1) e d.2), qualquer dos partícipes deverá notificar imediatamente os demais e requerer segredo no seu trato judicial e/ou administrativo.

8.4 Qualquer exceção à confidencialidade no âmbito desse Contrato deverá ser ajustada entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA;

CLÁUSULA NONA - DOS BENS PERMANENTES

- 9.1 Todos os bens permanentes adquiridos com os recursos disponibilizados deverão ser incorporados ao patrimônio da CONTRATANTE, imediatamente após o seu recebimento, observada a norma interna que rege a matéria patrimonial;
- 9.2 Na nota fiscal/fatura referente aos bens adquiridos (material permanente), a **CONTRATADA** entregará a uma cópia à **CONTRATANTE**, para fins de incorporação ao seu patrimônio. A outra via fará parte da prestação de contas, devendo ambas ser atestadas pelo Coordenador, na forma seguinte:

Atesto o recebimento do(s) bem (s) ou a prestação dos serviços indicado(s) nesta nota fiscal/fatura, adquiridos com recursos do CONTRATO _____/_____.

L O

Juff

All



(Assinatura,	nome e/	ou/	carim	bo)	

<u>CLÁUSULA DÉCIMA – DA COORDENAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PROJETO</u>

- 10.1 Para fins deste Contrato, a CONTRATANTE:
 - a) Indica como fiscal o(a) Servidor(a) Ana Lídia Campos Brizola, pertencente ao Quadro Permanente da Universidade, lotado(a) no(a) Núcleo de Publicações de Periódicos/CFH, inscrito(a) no SIAPE sob o nº 1158700, telefone 3721-2586, e-mail analidia@cfh.ufsc.br, o (a) qual será o (a) responsável por fiscalizar a execução direta das atividades deste Contrato bem como avaliar e encaminhar à CONTRATANTE relatórios de execução referente ao o cumprimento das etapas estabelecidas no Plano de Trabalho (Anexo I) deste Contrato; o(a) qual será designado(a) pelo DPC/PROAD através de Portaria, a quem competirá a supervisão das atividades específicas no que se refere, exclusivamente, ao projeto contratado, conforme artigo nº 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
 - b) Indica como coordenador o(a) Servidor(a) Maria Dorothea Post Darella, pertencente ao Quadro Permanente da Universidade, lotado(a) no(a) Museu de Arqueologia e Etnologia/DGG, inscrito(a) no SIAPE sob o nº 1157578, telefone 3721-6472, e-mail dadoro@gmail.com, o (a) qual será o (a) responsável por Coordenar a execução direta das atividades deste Contrato, na qualidade de ordenador de despesas, bem como, avaliar e encaminhar à CONTRATANTErelatórios de execução e controle técnico que atestem o cumprimento das etapas estabelecidas no Plano de Trabalho (Anexo I) e Planilha Orçamentária (Anexo II), além dos relatórios semestrais;
- 10.2 Toda e qualquer questão derivada da aplicação e interpretação deste Contrato, será submetida, em primeira instância, ao arbítrio dos signatários, que deverão envidar esforços para superar as diferenças suscitadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1 Os serviços contratados terão início e término concomitantes às etapas de execução estabelecidas no Plano de Trabalho, sendo executados de forma contínua durante seu prazo de vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 O presente Contrato poderá ser denunciado por qualquer das Partes, mediante notificação, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ressalvado o cumprimento das obrigações assumidas, vencidas ou vincendas;

W)

.

M.



- 12.2 Constitui motivo para a denúncia deste Contrato, independentemente de prévia notificação, o descumprimento de quaisquer das suas cláusulas e condições pactuadas, particularmente quando constatadas as seguintes situações:
 - a) A inexecução, mesmo que parcial, do objeto do Contrato;
 - b) A utilização dos recursos em finalidades diversas das estabelecidas neste Contrato e em seu Plano de Trabalho (Anexo I);
 - A falta de apresentação dos relatórios de execução físico-financeira e prestação de contas final à CONTRATANTE nos prazos estabelecidos neste Contrato;
 - d) Se a inadimplência de qualquer cláusula ou condição deste Termo de Contrato causar prejuízo, o partícipe infrator indenizará os danos comprovadamente sofridos pelo partícipe inocente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1 Quaisquer alterações das condições estabelecidas neste Contrato somente poderão ocorrer mediante a celebração de Termo Aditivo ou Termo de Apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

14.1 A licitação é dispensada no presente caso, de acordo com o disposto no art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Art. 1º da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

CLAÚSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA

- 15.1 O presente Contrato vigorará da data de sua assinatura com vigência até a data de 31/07/2018;
- 15.2 O Contrato somente poderá ser prorrogado, conforme a lei nº 8.666/93, devendo-se observar o limite de 60 meses;
- 15.3 O prazo de vigência do presente Contrato deverá estar dentro da vigência da Descentralização de Crédito ou do Convênio que objetivou a transferência de recursos ou, nos casos de recursos próprios, dentro dos termos da legislação.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO</u>

- 16.1 O contrato poderá ser rescindido:
 - a) Unilateralmente pela CONTRATANTE, nos casos do artigo 79, inciso I, da Lei 8.666/93;
 - b) Por acordo mútuo, na forma do inciso II do artigo 79 da Lei 8.666/93, e;
 - c) Judicialmente, na/forma do inciso III do artigo 79, inciso III, da Lei 8.666/93.

M.



- 16.2 No caso de inexecução total ou parcial do contrato, a autoridade administrativa poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, e sem prejuízo das responsabilidades civis e penais, aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas no artigo 87 da Lei n° 8.666/93.
- 16.3 Sem prejuízo do contido em 16.2, será aplicada à CONTRATADA:
 - Multa equivalente a 2% (dois por cento) sobre o valor estimado para os custos operacionais, caso haja inadimplemento parcial ou prática de fato que não leve à rescisão unilateral do contrato;
 - b) Multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para os custos operacionais, caso haja recusa na sua execução, inadimplemento total ou prática de fato que leve à rescisão unilateral do contrato.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO</u>

17.1 A eficácia deste Contrato, bem como seus eventuais Termos Aditivos, está condicionada à publicação do respectivo extrato no D.O.U. (Diário Oficial da União), conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

As Partes elegem o foro da Justiça Federal de Florianópolis, Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, para nele ser dirimido qualquer litígio oriundo deste Termo de Cooperação que não puder ser resolvido por negociação direta.

E, por estarem justas e acordadas, as Partes assinam o presente Contrato em quatro (04) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo, que também o assinam.

Florianópolis, quinta-feira, 22 de março de 2018

Rogério Cid Bastos

Pró-Reitor de Extensão

Gilberto Vieira Ângelo

Superintendente da FAPEU

TESTEMUNHAS:

CPF:

Geraldo Fagundes CPF: 038.081.829-97

RG: FAPEU - Setor de Projetos

David Arruda Husadel

Coordenador da CCF/DPC/PROAD/UFSC Portaria nº 1821/2015/GR -

CPF:

RG:





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA GABINETE DA REITORIA

CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA - TRINDADE CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC TELEFONES: (48) 3721-9320 - FAX: (48) 3721-8422 E-MAIL: gr@contato.ufsc.br

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO

- 1 DISCRIMINAÇÃO DO PROJETO
- 1.1 Título do Projeto

Ação Saberes Indígenas na Escola - Núcleo SC

1.2 Período de execução do Projeto

Início previsto: Na data da assinatura

Data de término ou duração: 31/07/2018

1.3 Motivação e Justificativa

O primeiro Plano de Trabalho da Ação Saberes Indígenas na Escola - Núcleo SC (ASIE), data de fevereiro de 2014, recomposto no transcorrer daquele ano. Novo Plano de Trabalho foi apresentado visando a continuidade da Ação (2015-2016). Em junho de 2017 foi apresentado ainda complementaridade. Trabalho de Plano um O Núcleo SC, coordenado pela UFSC em parceria com a Secretaria de Estado de Educação de Santa Catarina (SED SC), integra a Rede Sul-Sudeste, a somar os estados de MG, ES, RJ, SP, PR, SC e RS, no conjunto do programa intitulado Ação Saberes Indígenas na Escola no país, instituído pela Portaria nº 1.061, de 30.10.2013 e regulamentado pela Portaria nº 98, de 06.12.2013 (Secadi/MEC). O Núcleo SC efetiva sua atuação com professores indígenas de três etnias presentes no estado: Guarani, Kaingang e Laklãnõ-Xokleng de Terras Indígenas situadas em variados municípios, cujas SC. SED da estão cargo escolas Os Guarani em SC (em sua maioria Mbya) integram o mais numeroso povo indígena no Brasil, abrangendo sua ocupação os estados RS, SC, PR, SP, RJ, ES e MS, com aldeias excepcionalmente em TO, PA e MA. Já os Kaingang estão entre os cinco mais numerosos povos indígenas, vivendo, sobretudo, na região oeste dos estados RS, SC, PR e SP. Os Laklãno-Xokleng, por sua vez, encontram-se apenas em SC. Enquanto os Guarani falam a língua guarani, na qual sobressai-se diversidade quanto a pronúncias, vocábulos e escrita, pertencente ao tronco linguístico Tupi-Guarani, os Kaingang e Laklãnõ-Xokleng falam línguas pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê, sendo que os Kaingang também apresentam diferenças de estado a estado. De acordo com critérios geográficos, socioculturais e linguísticos, os Kaingang e Laklãno-Xokleng pertencem ao Meridional. Jê grupo

Em SC a distribuição geográfica por povo assim ocorre: Guarani – litoral e extremo oeste; Kaingang - oeste e Laklãnõ-Xokleng - Alto Vale do Itajaí e norte. Os Guarani vivem em vinte aldeias no litoral, afora áreas/locais no meio-oeste, no oeste e no extremo-oeste. Os Kaingang vivem nas TIs Xapecó (somada às glebas A e B), Condá, Toldo Chimbangue I e II, Toldo Imbu e Toldo Pinhal. Também na TI Ibirama Laklãnõ e em Fraiburgo, além de centros urbanos, como Florianópolis. Aos dos Rio Ibirama Laklãnõ destinadas as TIs Laklano-Xokleng estão O processo de trabalho do Núcleo SC está organizado e é desenvolvido tentando atender demandas dos professores e lideranças indígenas das três etnias, uma das quais se refere à produção de materiais didáticos de apoio às práticas escolares, assim como à reflexão sobre processos de ensino-aprendizagem diferenciados de acordo com cada povo, que permitam, por sua vez, uma formação de qualidade para a administração das relações com a sociedade não indígena. Neste contexto, a ASIE SC promove o vínculo entre os professores e os anciãos através da realização de Grandes Encontros, Oficinas de Formação, Visitas de Acompanhamento, eventos nos quais se reflete a respeito dos processos necessários para a constituição de um programa escolar que, pela sua diferenciação progressiva em relação aos programas curriculares das escolas não indígenas, permita a inclusão do que se entende por Saberes Indígenas, a saber, as práticas da caça e da pesca, a agricultura, o artesanato, as danças, a espiritualidade, etc. Tal vínculo entre os professores e os anciãos fortalece, ao mesmo tempo, os modos específicos de transmissão e produção de conhecimentos que embasam as pedagogias indígenas específicas de cada povo. A partir dos Grandes Encontros, os formadores se reúnem com os orientadores de estudo, com os professores alfabetizadores e com as lideranças das aldeias para elaborar conjuntamente uma sequência de Ações nas comunidades, orientadas pelos anciões, e desenvolvidas pelos professores junto aos seus alunos, contando com a participação da comunidade escolar. Periodicamente, os formadores não indígenas se reúnem com os professores e orientadores segundo as diversas escolas e/ou regiões, para sistematizar as Ações em um formato que permita a posterior elaboração dos materiais didáticos. Concomitantemente os responsáveis pelos registros audiovisuais atuam, visando a edição de documentários para uso das escolas indígenas. A ASIE SC busca facilitar o processo de aprimoramento das atividades didático-pedagógicas para as aulas dos professores indígenas, assim como subsidiar a elaboração de projetos políticos pedagógicos próprios, matrizes disciplinares, currículos, definição de metodologias próprias nas suas práticas escolares. Fomenta pesquisas nas escolas que resultem na elaboração de materiais didáticos e paradidáticos em diversas linguagens e suportes. Detalhamentos a esse respeito constam dos quatro relatórios circunstanciados parciais da Ação Saberes Indígenas em SC, sendo o outubro último Para a finalização da 2ª edição da ASIE SC, a equipe continua somando esforços para a publicação dos materiais didáticos e paradidáticos elaborados pelos professores cursistas, orientadores de estudo e anciãos, em parceria com a equipe do Núcleo SC. Trata-se de livros, cartilhas, caderno de relatos de professores e vídeos. Esses materiais são de suma importância enquanto documentos norteadores das práticas de saber nas escolas indígenas e enquanto garantia das práticas de ensino-aprendizagem por meio de materiais específicos de cada cultura. São pensados pelos professores indígenas, orientados pelos mais velhos e elaborados a partir dos valores e indígena. grupo cada culturais especificidades Além da publicação e edição desses materiais didáticos e paradidáticos, a equipe ASIE SC pretende socializar esses processos de ensino-aprendizagem próprios e diferenciados. A partir dos aspectos sociais, culturais e de dados sobre as áreas ocupadas e os processos demarcatórios, pretende-se

1.2

dar visibilidade a esses materiais elaborados, propulsionando reflexões à valorização e ao estado. existente neste sociocultural pluralidade da reconhecimento Essa socialização e visibilidade está sendo dilatada via a exposição, assinalada no primeiro Plano de Trabalho, que acontece no Museu de Arqueologia e Etnologia (MArquE)/UFSC. Intitulada Tecendo Saberes pelos Caminhos Guarani, Kaingang e Laklãnõ-Xokleng, a exposição objetiva mostrar caminhos trilhados pela ASIE SC ao longo das duas edições, socializar processos distintos de ensino-aprendizagem e ofertar informações que sirvam à reflexão a respeito do viver e pensar de populações indígenas na sociedade brasileira. Trata-se de uma proposta expositiva e conceitual trabalhada com professores Guarani, Kaingang e Laklãno-Xokleng, via curadoria compartilhada, que considerou saberes e experiências trabalhadas no âmbito do programa ASIE SC, viabilizando socioculturais especificidades Sua abertura ocorreu em 18.10.17 e o período ocorre de outubro de 2017 a junho de 2018, período durante o qual ocorrerá programação específica, ajustada ao projeto da exposição, que pretende a efetivação de performances (cantos, danças), encontros e trocas entre professores indígenas e não indígenas, rodas de conversa, palestras, contação de histórias, lançamento de materiais didáticos, feira de artesanato com artesãos das três etnias, entre outras a programar, vitalizando a exposição, trazendo-lhe sinergia, compondo e fortalecendo diálogos inter e intraétnicos.

1.4 Objeto/Objetivos Gerais

Publicar os materiais didáticos e paradidáticos específicos elaborados pelos professores cursistas, em diversas linguagens – com o intuito de favorecer o aprimoramento das atividades didático-pedagógicas de professores Guarani, Kaingang e Xokleng-Laklãnő; e evidenciar – por meio da exposição Tecendo Saberes pelos Caminhos Guarani, Kaingang e Laklãnő-Xokleng – informações quanto ao percurso da ASIE em Santa Catarina, em aldeias e escolas Guarani, Kaingang e Laklãnő-Xokleng, explicitando elementos da educação tradicional e da educação escolar indígena, potencializando e qualificando compreensões quanto às suas cosmovisões nos territórios de ocupação.

2 Participantes

2.1 Fundação

Órgão/Entidade ProponenteC.N.P.JFUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA83.476.						5.911/0001-17	
Endereço CAMPUS UNIVERSITÁRIO – TRINDADE – CAIXA POSTAL 5153							
Cidade	UF	CEP		DDD/Telefone			Esfera Adm
FLORIANÓPOLIS	SC	88040-970		3331-9090			PRIVADA
Conta Corrente	Banco		Agência		Praça de Pagamento		
	BANCO	DO BRASIL	3582-3		FLORIANÓPOLIS		IS
Nome do Responsável GILBERTO VIEIRA ÂNGEL							1
CI / Órgão Expedidor	Carg	J O	Função			Matríc	ula
122.899-4	SUP	ERINTENDENT	E SUPERINTENDENTE				
Endereço	1					CEP	
RUA JORNALISTA GUSTA	VO/NEV	ES, 107		r	1	8801	5-231

SAPEU SAPEU tull

M

1.3

2.2 Outros Partícipes

Órgão/Entidade Proponente					C.N.P.J		
Endereço							
Cidade	UF	CEP		DDD/Telefone			Esfera Adm
Conta Corrente	Banco	Agência			Praça de Pagamento		ento
Nome do Responsável					CPF		
CI / Órgão Expedidor Cargo		go	Função			Matrícula	
Endereço						CEP	

3 Objetivos Específicos/Metas

Número	Descrição do Objetivo/Meta
1	Favorecer o trabalho dos professores indígenas com materiais e atividades que valorizem suas especificidades culturais;
2	Orientar o trabalho de atuais e futuros professores indígenas com publicações e vídeos que contemplem as concepções e cosmovisões dos Guarani, Kaingang e Laklãnő-Xokleng;
3	Fortalecer a construção ou atualização de projetos político-pedagógicos das escolas indígenas, com auxílio da Teia Guarani (Nhandu kya), apresentada no V Encontro Guarani (junho de 2017) e presente no livro Tape Mbaraeté Anhetengua. Fortalecendo o Caminho Verdadeiro e no quarto relatório circunstanciado parcial;
4	Divulgar o conhecimento dos processos de ensino-aprendizagem presentes nos grupos indígenas em questão para órgãos governamentais e não governamentais que trabalham com esses povos;
5	Propiciar a circulação de materiais didáticos específicos, nas diversas Línguas, com temas variados, pelas Terras Indígenas do Estado de Santa Catarina, bem como à Secadi/MEC e demais Estados que compõem a rede Saberes Indígenas na Escola;
6	Evidenciar as pesquisas e registros em diversas linguagens de autoria de índios Guarani, Kaingang e Laklãnõ-Xokleng (relatos, narrativas, cantos, danças, rituais, mapas, imagens – fotografias e desenhos, produções audiovisuais e objetos.) durante o período de atuação na ASIE SC;
7	Expandir o acesso a distintos públicos, o que inclui diferentes tipologias de públicos especiais, ao discurso expositivo, a bens e ações culturais, visando incrementar seu repertório de conhecimentos acerca dos povos indígenas em Santa Catarina.

4 Cronograma de execução

	Indicador Fí	Duração		
Fase/Etapa	Unidade	Quantidade	Início	Término
1	Revisão dos livros	1	12/17	01/18
2	Editoração dos livros	1	12/17	01/18
3	Publicação dos livros	1	02/18	02/18

M

T

	= !: ~ . ! (de ee	1	03/18	03/18
4	Edição de vídeos		- 10.00 - 1	04/18
5	Lançamento de livros e vídeos	1	04/18	
6	Palestras (Exposição - MArquE/UFSC)	1	05/18	06/18
7	Rodas de conversa e performances	1	06/18	07/18

Plano de Aplicação (R\$ 1,00)

Natureza da Despesa		Total	Concedente	Proponente
Código	Especificação	10.01	1	
33.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	74.988,30	74.988,30	

Cronograma de desembolso

Um.		Valor a Desembolsar (em R\$)					
Nº parcela	Data ou evento físico	Concedente	Contrapartida	Total			
1	Dezembro/2017	74.988,30		74.988,30			

7 Declaração

Na qualidade de representante legal, declaro para fins de prova junto à Universidade Federal de Santa Catarina para os efeitos e sob penas da lei, que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste plano de trabalho.

Pede deferimento,

Florianopolisri22/113/2018/05 Pro-Reitor Extensão PROEX/UFSC

Siage 1157487

Gilberto Vieira Angelo RG: 122.899-4 SSP/SC CPF: 179.758.409-04

Superintendente/FAPEU

Aprovação pelo Concedente

Aprovado Pro-Rending Extensão PROEX/UFSC Florianópolis, 22/03/2018 Siape 1157487



ANEXO II

ORÇAMENTO DO PROJETO

SERVIÇO DE TERCEIROS

Serviços de Terceiros - Pessoa Física

Nº	Descrição do item	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor (R\$)
1	Revisão e Diagramação			2.249,65
2				0,00
VA	I LLOR TOTAL SERVIÇO DE TERCEIROS PESSOA FÍSIO	2.249,65		

Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Nº	Descrição do item	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor (R\$)
1	Hospedagem			9.200,00
	Publicação de livros			18.000,00
	Deslocamento (aéreo e terrestre)			20.000,00
4				0,00
VA	<u>.</u> LOR TOTAL SERVIÇO DE TERCEIROS PESSOA J	47.200,00		

MATERIAL DE CONSUMO

Nacional

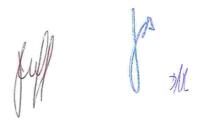
Nº	Descrição do item	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor (R\$)
1	Material de expediente			1.000,00
_	Alimentação e Coffee Break			14.045,30
3				0,00
VA	LOR TOTAL NACIONAL		15.045,30	

RESSARCIMENTOS

Nº	Descrição do ressarcimento	Percentual	Valor (R\$)
1	Ressarcimento UFSC	4,00%	2.999,52
2	Ressarcimento de despesas administrativas da Fundação	10,00%	7.493,83
3		0,00%	0,00
4		0,00%	0,00
٧A	LOR TOTAL DE RESSARCIMENTOS	14,00%	10.493,35

RESUMO

PLANILHA RESUMIDA				
Despesas Correntes	R\$	64.494,95		
Pessoal - exceto bolsas de estudantes	R\$			
Pessoal - apenas bolsas de estudantes	R\$			
Serviço de Terceiros (PF + PJ + Despesas Importação)	R\$	49.449,65		
Passagens	R\$			
Diárias	R\$			
Material de Consumo Nacional	R\$	15.045,30		
Material de Consumo Importado	R\$			
Despesas de Capital	R\$			
Equipamento e Mat. Perm. Nacional	R\$			
Equipamento e Mat. Perm. Importado	R\$			
Obras	R\$			
Total Geral (sem ressarcimento)	R\$	64.494,95		
Ressarcimentos	R\$	10.493,35		
Total Geral (com ressarcimento)	R\$	74.988,30		







Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária

NAGEFI-Núcleo de Análise Gerencial e Fiscal

IDENTIFICAÇÃ		

	Valor do Projeto		
ome do projeto:	74.988,30		
59/2017	Prazo/Meses		
pordenador: 0	12		
hartum a gastão técnica do projeto	Total	* 4	
tividades relacionadas com abertura e gestão técnica do projeto	1.324,52	1,77%	
bertura:	552,74	0,74%	
companhamento:	1.877,26	2,50%	
ortal dos procedimentos de abertura e gestão da projeto			
tividades relacionadas com o procedimentos jurídicos	Total	0,00%	
otal dos procedimentos jurídicos	0,00	0,00%	
Atividades relacionadas com os procedimentos de compras			
	4.901,68	6,54%	
ompra de passagens/hospedagens:	273,27	0,36%	
ompra de materiais:	467,32	0,62%	
ós-Compra:	897,44	1,20%	
Almoxarifado:	6.539,71	8,72%	
otal dos pracedimentos de compras	Takel		
Atividades relacionadas com gestão de recursos humanos	Total	0,00%	
Menor Aprendiz:		0,00%	
Deficientes:	0,00	0,00%	
Total dos procedimento de recusros humanos			
Atividades relacionadas com os procedimentos financeiros	Total 786,73	1,05%	
Pagamentos:	105,48	0,149	
Recebimentos:	36,00	0.059	
Gerenciamento Financeiro:	140,69	0.199	
Pagamentos diretos:	252,00	0,349	
Tarifas:	1.320,91	1,769	
Total dos procedimentos Financeiros		,	
Atividades relacionadas com procedimentos contábeis	Total	1,209	
Contabilidade:	897,14	0,009	
Análise Fiscal:		0,009	
Prestação de contas:			
Totaldos procedimentos contabeis	897,14	1,209	
	Total		
Atividades Diversas	665,72	0,89	
Atividades Diversas Arquivamento:		0,89	
Arquivamento:	665,72		
Arquivamento: Total dos procedimentas jurídicos e extraordinórios	-3.801,91	-5,07	
Arquivamento: Total dos procedimentos jurídicos e extraordinários Apoio FAPEU	-3.801,91	-5,07	
Arquivamento: Total dos procedimentas jurídicos e extraordinórios		-5,07	
Arquivamento: Total dos procedimentos jurídicos e extraordinários Apoio FAPEU	-3.801,91	-5,07	

Kuff

M.

